

de seleção a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de valoração final de cada método, desde que as solicitem.

13 — Formalização das candidaturas: As candidaturas deverão ser formalizadas mediante preenchimento obrigatório de formulário de candidatura, disponível no departamento de recursos humanos ou no site www.cm-braga.pt, clicando de seguida em CMB + Serviços Online, requerimentos, recursos humanos, e entregue pessoalmente no Departamento de Recursos Humanos ou remetido pelo correio, com aviso de receção, para Câmara Municipal de Braga (Departamento de Recursos Humanos), Edifício do Convento Póculo, 4700-312 Braga, identificando o procedimento concursal, através do número do aviso do *Diário da República* ou número do código de oferta na Bolsa de Emprego Público.

13.1 — A apresentação da candidatura deverá ser acompanhada, sob pena de exclusão, dos seguintes documentos:

- a) Cópia do documento comprovativo das habilitações literárias;
- b) Caso o candidato a detenha, declaração emitida pelo serviço de origem, devidamente atualizada (reportada ao prazo estabelecido para apresentação das candidaturas), da qual conste: a modalidade da relação jurídica de emprego público, a descrição das atividades /funções que atualmente executa, as três últimas menções de avaliação de desempenho e a identificação da respetiva remuneração reportada ao nível e posição remuneratória auferidos.
- c) Currículo profissional devidamente documentado e assinado, para os candidatos a que se refere a alínea b), n.º 8.1 que não optem pela prova de conhecimentos.

Deverá ainda apresentar fotocópia do Bilhete de Identidade/Cartão do Cidadão.

13.2 — Os candidatos que exerçam funções no Município de Braga ficam dispensados de apresentar os documentos exigidos, desde que se encontrem arquivados no seu processo individual, devendo para tanto declará-lo no requerimento.

13.3 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei.

13.4 — Não serão aceites candidaturas enviadas pelo correio eletrónico.

14 — Composição do júri dos concursos:

Ref. A) Presidente — Miguel Pedro Pires Ribeiro Antunes Guimarães, diretor municipal.

Vogais efetivos — Liliana Cristina Silva Veiga, chefe de divisão, que substitui o presidente nas suas faltas e impedimentos e Gisela Maria Castro Azevedo, diretora de departamento.

Vogais suplentes — Elisabete Cruz Fernandes, técnica superior e Maria Goretti Figueiredo Manso Araújo, chefe de divisão.

Ref. B) Presidente — Miguel Pedro Pires Ribeiro Antunes Guimarães, diretor municipal.

Vogais efetivos — Gisela Maria Castro Azevedo, diretora de departamento, que substitui o presidente nas suas faltas e impedimentos e Maria Goretti Figueiredo Manso Araújo, chefe de divisão.

Vogais suplentes — Elisabete Cruz Fernandes, técnica superior e Fátima Gomes Pereira Alves, técnica superior.

Ref. C) Presidente — Rosalina de Fátima Barros Oliveira Bastos Oliveira, chefe de divisão.

Vogais efetivos — Gisela Maria Castro Azevedo, diretora de departamento, que substitui a presidente nas suas faltas e impedimentos e Maria Goretti Figueiredo Manso Araújo, chefe de divisão.

Vogais suplentes — Elisabete Cruz Fernandes, técnica superior e Liliana Cristina Silva Veiga, chefe de divisão.

15 — Quota de Emprego: Dar-se-á cumprimento ao previsto no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 29/01, de 03 de fevereiro, devendo para tal o candidato declarar no requerimento de admissão, sob compromisso de honra, o respetivo grau de incapacidade e o tipo de deficiência, sendo dispensada a apresentação imediata do documento comprovativo.

16 — Nos termos do Despacho Conjunto n.º 373/2000, de 1/03, em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa “a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação”.

17 — A lista unitária da ordenação final dos candidatos, após homologação, é afixada no átrio dos edifícios do Convento do Póculo e da Praça Municipal, e disponibilizada na página eletrónica da Câmara, sendo ainda publicado um aviso na 2.ª série do *Diário da República*, com informação sobre a sua publicitação.

21 de maio de 2013. — O Presidente da Câmara, *Francisco Soares Mesquita Machado*.

306987389

MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA DE PÊRA

Edital (extrato) n.º 559/2013

Regulamento Municipal para a Atribuição de Subsídios a Entidades e Organismos que Prossigam no Município Fins de Interesse Público (Extrato)

Fernando José Pires Lopes, Presidente da Câmara Municipal de Castanheira de Pera, torna público que, após submissão a consulta pública sem que se tenha verificado quaisquer sugestão ou alteração ao seu texto inicial publicado no DR, 2.ª série, n.º 38, de 22/02/2013, o Regulamento Municipal para a Atribuição de Subsídios a Entidades e Organismos que Prossigam no Município Fins de Interesse Público foi aprovado pela Assembleia Municipal de Castanheira de Pera, na sua sessão ordinária de 23 de abril de 2013.

Não se justificando assim uma nova publicação integral do dito Regulamento, informa-se que o mesmo entrará em vigor no dia seguinte à publicação do presente extrato na 2.ª série do *Diário da República*.

Para constar e produzir efeitos se publica o presente edital, que será também disponibilizado na página eletrónica do Município e afixado nos locais de estilo.

20 de maio de 2013. — O Presidente da Câmara Municipal, *Fernando José Pires Lopes*.

306990603

MUNICÍPIO DE CELORICO DE BASTO

Aviso n.º 7203/2013

Nomeação em regime de substituição

Para os devidos efeitos e no uso da competência que me confere a alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, se torna público que por meu despacho de 28 de março de 2013, decidi nomear para o cargo de Chefe de Divisão de Obras Municipais, Arnaldo João Pereira Barros Carneiro, em regime de substituição, por se verificar que o lugar está vago, nos termos do disposto no artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, alterada pelas Leis 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril e 64/2011, de 22 de dezembro, adaptada à Administração Local pela Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, com efeitos a 1 de maio de 2013.

14 de maio de 2013. — O Presidente da Câmara, *Joaquim Monteiro Mota Silva*, Dr.

Nota relativa ao currículo académico e profissional do nomeado

Arnaldo João Pereira de Barros Carneiro, Licenciado em Engenharia Civil pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, em 1989.

Exerceu funções de Técnico Superior — Engenheiro Civil na Comissão de Coordenação da Região Norte — Quadro Privativo do Gabinete de Apoio Técnico do Baixo Tâmega entre junho de 1989 e março de 1997.

Nomeado em abril de 1997 para exercer as funções de Chefe da Divisão de Empreitadas Municipais, na Câmara Municipal de Celorico de Basto, funções que exerceu até maio de 2000.

Nomeado em junho de 2000, Diretor do Departamento de Obras Municipais da Câmara Municipal de Celorico de Basto, Funções que exerceu até abril de 2013.

306987689

MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ

Edital n.º 560/2013

Regulamento Geral das Zonas de Estacionamento Tarifado e de Duração Limitada

João Albino Rainho Ataíde das Neves, Presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz, no uso da competência que me é conferida pela alínea b) do n.º 1, do artigo 68.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua última redação, e em cumprimento das disposições emergentes do n.º 4, do artigo 55.º, da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro e artigo 119.º da

Constituição da República Portuguesa, torna público que a Assembleia Municipal da Figueira da Foz na sua sessão ordinária de 29 de abril de 2013 e sob proposta da Câmara Municipal deliberada em reunião ordinária de 09 do mesmo mês, aprovou em minuta a alteração ao “Regulamento Geral das Zonas de Estacionamento Tarifado e de Duração Limitada”, que entrarão em vigor 15 dias após a publicação deste Edital no *Diário da República*.

O documento poderá ser consultado na Sede da Empresa Figueira Parques — Empresa Municipal de Estacionamento da Figueira da Foz, E.E. M., sita na Rua Cais da Alfândega, 18/20 — 3.º, na Figueira da Foz, estando também disponível na página eletrónica da Câmara Municipal da Figueira da Foz, no seguinte endereço <http://www.figueiradigital.com/municepe/?mid=152>.

Para constar se publica o presente Edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares públicos do estilo.

15 de maio de 2013. — O Presidente da Câmara Municipal, *João Ataíde*.

306977036

MUNICÍPIO DE LOURES

Aviso n.º 7204/2013

Lista unitária de ordenação final

Para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 36.º e artigo 31.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, e nos termos do previsto na alínea d) do artigo 30.º do mesmo diploma, notificam-se os candidatos aos procedimentos concursais comuns para ocupação dos postos de trabalho referenciados no aviso n.º 14322/2012, publicado em *Diário da República*, 2.ª série, n.º 207, de 25 de outubro de 2012, das exclusões na sequência da aplicação das entrevistas profissionais de seleção, bem como do projeto de lista unitária de ordenação final que se encontra afixada para consulta, em placard, no Departamento de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Loures, sito na Rua do Dr. Manuel de Arriaga, 7, em Loures, podendo ainda ser consultada em <http://www.cmloures.pt/>.

15 de maio de 2013. — Por delegação de competências do Presidente da Câmara, a Vereadora do Departamento de Recursos Humanos, *Sónia Paixão*.

306971211

Despacho n.º 7109/2013

Constituição da Equipa Multidisciplinar de Áreas Urbanas de Gênese Ilegal e designação do chefe de equipa

Atendendo à readaptação da estrutura orgânica dos serviços do município de Loures e à necessidade de funcionamento das novas unidades orgânicas aí prevista, e em cumprimento do disposto no n.º 5 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, torna-se público que, por deliberação da Câmara Municipal de Loures, na sua 9.ª reunião ordinária, realizada em 30 de abril de 2013, é designado como Chefe de Equipa Multidisciplinar das Áreas Urbanas de Gênese Ilegal, equiparada a unidade flexível de 3.º grau, o Arquitecto Rui Manuel Januário Paulo, sendo esta estrutura matricial constituída pelos seguintes trabalhadores deste Município: Da carreira/categoria de Assistente Técnico: Ana Teresa Sampaio Parola, Augusto Nascimento Ferreira, Carla Sofia Lemos Silva Aragão Nunes, Cláudia Maria Faustino Rocha Vasconcelos Correia, Diamantino Alfredo Joaquim Silva, Francisco Manuel Martins Rovisco, Maria Lurdes Henriques Loureiro Lopes, Mário Rui Vilas Cotovio e Sílvia Maria Lopes Ferreira Samina Fernandes. Da carreira/categoria de Técnico: Superior: Ana Rita Bernardino Firmino Trincheiras Coelho, Carla Maria Lapa Alexandre Correia, Henrique Daniel Rocha Henriques, João Miguel Silva Coutinho Lucena, José António Silva Alves Costa, José Pedro Magalhães Menezes Croft Moura, Paula Cristina da Silva Teixeira, Pedro Manuel Sousa Ribeiro, Ricardo Jorge de Assis Fernandes Morais, Fernando Manuel Silva Vicente, Eunice Bertília Simões Barreiros Ferreira, Inês Oliveira Martins Alves e Joaquim Ildefonso Duarte.

A constituição da Equipa Multidisciplinar das Áreas Urbanas de Gênese Ilegal bem como a designação do respetivo Chefe de Equipa, produz efeitos a partir da entrada em vigor da alteração da Orgânica dos Serviços do Municipais da Câmara Municipal de Loures.

21 de maio de 2013. — Por subdelegação de competências da Vereadora dos Recursos Humanos, o Diretor do Departamento, *Carlos Santos*.

206990652

MUNICÍPIO DE MONÇÃO

Aviso n.º 7205/2013

Para cumprimento do disposto na alínea d) do n.º 1 e 2 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que Maria Albertina Domingues Mendes, contratada em funções públicas por tempo indeterminado, foi exonerada do cargo de Assistente Operacional, na posição remuneratória 3-3, a seu pedido, com efeitos a 1 de setembro de 2012.

6 de maio de 2013. — O Presidente da Câmara, *Dr. José Emilio Pedreira Moreira*.

306948865

Aviso n.º 7206/2013

Em cumprimento do disposto na alínea d) do n.º 1 e 2 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que os seguintes trabalhadores cessaram a sua relação jurídica de emprego público, por motivo de aposentação:

Rosa Alcinda Gonçalves Torres, Assistente Operacional, na posição remuneratória, 3-3, com efeitos a partir de 01 de março de 2012;

Amável Ribeiro Afonso, Assistente Operacional, na posição remuneratória 10-10, com efeitos a partir de 01 de abril de 2012;

Manuel da Conceição Fernandes Esteves, Assistente Operacional, na posição remuneratória, 8-8, com efeitos a partir de 1 de julho de 2012;

Manuel Gomes, Assistente Operacional, na posição remuneratória, 8-8, com efeitos a partir de 01 de julho de 2012;

Rosa Maria Rodrigues Quintas Ferreira, Assistente Operacional, na posição remuneratória, 10-15, com efeitos a 1 de julho de 2012;

Maria Rosa Esteves Oliveira Temporão, Assistente Operacional, na posição remuneratória, 6-6, com efeitos a 1 de julho de 2012;

Ivone Ester Malheiro Rodrigues Roquinho, Assistente Operacional, na posição remuneratória, 4-4, com efeitos a 17 de fevereiro de 2012;

Rosa Vieites Pereira Sousa, Assistente Operacional, na posição remuneratória, 8-8, com efeitos a 01 de outubro de 2012.

6 de maio de 2013. — O Presidente da Câmara, *Dr. José Emilio Pedreira Moreira*.

306949237

Aviso n.º 7207/2013

1 — Aviso público — nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 6.º e no artigo 50.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 55-A/2010, de 31 de dezembro, e 64-B/2011, de 30 de dezembro, conjugado com o artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na sua actual redação, bem como com o disposto no n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, torna-se público que, atendendo à proposta apresentada pela Câmara Municipal de Monção, aprovada em sessão de Assembleia Municipal de 30 de abril de 2013, e através de despacho do presidente da Câmara Municipal de 9 de maio de 2013, se encontra aberto procedimento concursal na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado pelo prazo de 10 dias úteis, a contar da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

2 — Modalidade jurídica de emprego:

2.1 — Contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, tendo em vista o preenchimento dos seguintes postos de trabalho:

Ref. A) — Dois postos de trabalho na carreira/categoria de técnico superior:

Ref. A.20) — Um posto de trabalho na carreira/categoria de técnico superior — jurista (Divisão de Serviços Jurídicos);

Ref. A.21) — Um posto de trabalho na carreira/categoria de técnico superior — história (Divisão da Cultura e Turismo);

Ref. C) — Dois postos de trabalho na carreira/categoria de assistente operacional:

Ref. C.9) — Um posto de trabalho na carreira/categoria de assistente operacional — nadador salvador piscinas municipais (Divisão da Educação e das Atividades Sociais e Desportivas);

Ref. C.10) — Um posto de trabalho na carreira/categoria de assistente operacional — receção e atendimento (Divisão da Cultura e Turismo);